

## **ATA Nº 132**

### **Assembleia-Geral Ordinária**

**1 de abril de 2012**

Ao dia um do mês de abril de dois mil e doze realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Federação de Ginástica de Portugal (FGP), que teve lugar no Auditório da FGP em Lisboa, pelas 15.00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):

1 - Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas e de Atividades de 2011.

2 - Apreciação, discussão e votação de Proposta da Mesa da Assembleia Geral de Regulamento de compensação de deslocação dos Delegados às reuniões da Assembleia Geral.

3 – Assuntos diversos.

A Assembleia Geral foi declarada aberta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral (AG), José Manuel Araújo, pelas 15,15 horas, após verificação do quórum de funcionamento, nos termos legais e regulamentares.

Entrando no ponto 1 da OT - Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas e de Atividades de 2011 – o Presidente João Paulo Rocha explicou que este é um relatório de uma gestão que não foi a deste Presidente nem desta Direção. No que respeita ao Relatório de Atividades, esta foi a congregação possível da informação dos responsáveis das áreas, que nalguns casos não foi possível, como na Rítmica.

Entrando no debate deste ponto, o Delegado Carlos Vaz felicitou a qualidade do Relatório, considerando-o bastante consistente. Sobre as dívidas à Federação perguntou se eram incobráveis.

O Diretor Carlos Costa respondeu que quase nada foi cobrado em 2011, tendo mesmo havido um acréscimo em comparação com 2010, sendo os maiores devedores as Câmaras de Lisboa e Portimão.

O Delegado Manuel Gutierrez considerou que houve desperdício de recursos, realçado no preâmbulo do Relatório, por efeito de questões que nada tiveram a ver com a atividade desportiva, o que lamentou. Por outro lado, solicitou a correção de uma referência a uma prova realizada em Benavente, onde se deve referir que teve o apoio da Câmara Municipal, o que foi de imediato aceite.

O Delegado Paulo Chora elogiou o Relatório, que considerou clarificador.

O Delegado José Ferreirinha afirmou existir um desequilíbrio entre as disciplinas e mesmo na estrutura do relatório, que não é idêntica entre estas.

O Presidente João Paulo Rocha informou que houve um esforço de harmonizar textos e estrutura de relatórios parcelares, mas é uma área em que se conseguirá melhorar no próximo ano.

A Delegada Ida Pereira chamou a atenção para certos lapsos no relatório da rítmica, como a falta da referência ao Campeonato da 2ª divisão. Considerou que a falta de critérios para a Seleção Nacional deveria ser um ponto fraco.

Concluída a discussão, os documentos foram discutidos e votados, tendo sido aprovados por maioria, registando-se 14 votos a favor e 1 abstenção.

Passando ao ponto 2 da OT – Apreciação, discussão e votação de Proposta da Mesa da Assembleia Geral de Regulamento de compensação de deslocação dos Delegados às reuniões da Assembleia Geral – o Presidente da Mesa da Assembleia Geral José Manuel Araújo apresentou a proposta.

O Delegado José Ferreirinha propôs que na alínea d) do nº 1 se referissem regiões distintas e não locais, com o objetivo de diversificar as zonas do país onde se realizam as assembleias gerais.

O Delegado Paulo Chora propôs a alteração da expressão “Distrito” por “Concelho” no nº 2.

O Delegado António Agostinho propôs, em relação ao nº 2, que se contasse a distância em kms e não por concelho ou distrito, tendo proposto apoios em casos de distância superior a 30 kms, o que foi consensualmente aceite.

O Presidente João Paulo Rocha recordou que o orçamento já prevê 5.000€ para as Assembleias, mas que tal verba dará apenas para 2 ou 3 por ano.

Após discussão destas retificações, o documento foi aprovado por maioria, com 14 votos a favor e 1 abstenção.

Finalmente, entrando no ponto 3 da OT – Assuntos diversos - foram discutidos os seguintes assuntos:

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral explicou o próximo processo eleitoral de delegados.

O Delegado Afonso Candeias suscitou a questão de uma ginasta de aeróbica da Seleção a quem não foi dado equipamento da Federação, bem como qual a situação da Secretária Técnica da GPT, Alexandra Pereira. Finalmente perguntou qual o futuro para o hip-hop.

A Delegada Emília Costa criticou o Regulamento da convocatória de juízes, que não está adaptado à Rítmica, impedindo as jovens juízes de pontuar.

O Delegado José Ferreirinha também defendeu uma reflexão sobre o Regulamento de Juízes, dado o grande problema de incompatibilidades, criando problemas de gestão e organização das provas, no que foi secundado pelas Delegadas Ida Pereira, que

recordou que este Regulamento não existia anteriormente, Joana Carvalho, que afirmou que estas incompatibilidades têm um grande impacto a nível distrital, impedindo muitos juízes de pontuar.

O Presidente João Paulo Rocha afirmou que esta questão é muito importante para garantir transparência na atuação dos juízes, recordando que não existe proibição dos ginastas ou dos seus pais pontuarem. De facto existe uma preferência, não uma incompatibilidade, porque a Direção compreende as dificuldades de ter juízes sem qualquer vínculo a clubes ou ginastas.

O Delegado António Agostinho questionou a Direção sobre a situação da providência cautelar.

O Presidente João Paulo Rocha explicou que a ação principal foi interposta, mas que de facto, com as eleições de 6 de janeiro, o efeito útil da mesma terá terminado.

A Delegada Ida Pereira requereu à Direção a abertura de um processo sobre o contraditório feito pela anterior Direção, perguntando se a Assembleia Geral pode fazer alguma coisa neste domínio.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral afirmou que esta situação é da competência da Assembleia Geral, que poderá deliberar que fazer, dado que foi o órgão da FGP visado na providência cautelar e na ação principal.

O Presidente João Paulo Rocha disse que faria o que a Assembleia Geral determinasse.

O Delegado José Ferreirinha interveio defendendo que se deve esperar pelos resultados da auditoria e, depois desta, com os seus resultados, decidir o que fazer.

O Delegado Paulo Chora afirmou que a avaliação ética e política está feita, desde que se concretizou a demissão do Presidente anterior.

O Delegado António Agostinho concordou, mas disse que se deveria continuar atento ao que vier a acontecer.

Encerrando o debate, o Presidente João Paulo Rocha afirmou que, pessoalmente, percebe a indignação de muitos delegados. O mais importante é que o processo chegue ao fim, estando certo que tudo ficará claro no final do mesmo.

Estiveram presentes 15 Delegados, conforme lista assinada por todos, anexa à presente Ata e que dela faz parte integrante. A reunião foi encerrada pelas 17.00 h.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



José Manuel Araújo